

Nathalia Ferreira Gonçales¹

Resenha

**MAGALHÃES, ALEXANDRE ALMEIDA DE.
*REMOÇÕES DE FAVELAS NO RIO DE
JANEIRO: ENTRE FORMAS DE CONTROLE
E RESISTÊNCIAS. 1ED. CURITIBA: APPRIS,
2019.***

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos em Corpos, Gêneros e Sexualidades (NuSex/Museu Nacional). Email: nathalia.goncales@hotmail.com.

Ao longo de sua história, a cidade do Rio de Janeiro foi cenário de intensas intervenções estatais que buscaram empreender formas de controle sobre determinados territórios e populações. Destacam-se três períodos em que essas experimentações ganharam centralidade nas práticas de governo e transcorreram em larga escala: no início do século XX, com as chamadas “reformas” de Pereira Passos, no decorrer da administração de Carlos Lacerda nos anos 1960 e, mais recentemente, no mandato de Eduardo Paes¹. O livro de Alexandre Almeida de Magalhães², fruto de uma vasta pesquisa de doutorado que acompanhou de perto diversos processos remocionistas ocorridos na cidade durante os últimos anos, procura dar conta precisamente do que se tornou uma das marcas mais notórias na gestão do prefeito Eduardo Paes: a reatualização de práticas e discursos a respeito da remoção de favelas.

“Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências” é dividido em sete capítulos que, articulados entre si, pretendem traçar três níveis de análise: as condições de emergência das remoções como modo de governo nas favelas cariocas, os métodos empregados para levar a cabo essas operações, e as ações coletivas empreendidas pelos moradores em processo de realocação. A obra intenciona discutir como diferentes tecnologias de gestão de populações e territórios são elaboradas e reatualizadas nas inúmeras interações estabelecidas entre os moradores de favelas e os agentes públicos, incidindo fundamentalmente sobre a circulação de pessoas no espaço urbano. Ao observar os mecanismos que os aparatos estatais utilizam para governar populações específicas, o autor descreve as mudanças que aconteceram no Rio de Janeiro ao longo do último período mencionado, sob a égide dos intitulados “grandes eventos”, notadamente, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse sentido, as táticas de controle acionadas nas remoções atuaram visando estabelecer a eliminação de determinadas formas de existência na cidade. Da mesma maneira que tais intervenções ganharam materialidade em múltiplos territórios, somos convidados a refletir sobre as resistências cotidianas que atravessaram as vidas daqueles que foram e são alvos dessa política de destruição.

No decurso de oito anos, o processo de pesquisa foi sendo composto em diálogo cuidadoso com as pessoas diretamente atingidas pelas diversas dimensões em torno do tema das remoções. Seja expondo as dinâmicas de ação coletiva construídas por meio da crítica de moradores e outros setores aliados, ou compondo uma ampla rede de afetos gerida através de atos públicos e reuniões, o autor consegue mobilizar através da escrita formas concretas de agência em meio às disputas sobre o que a cidade pode ser e quem tem direito a habitá-la. De fato, não é recente a ideia de que as favelas, compreendidas historicamente como territórios associados ao caos urbano e à violência, devem ser alvo de práticas

¹ O período de gestão municipal de Eduardo Paes analisado no livro vai de 2009 até 2017. Em janeiro de 2021, Paes assumiu novamente o cargo de prefeito do Rio de Janeiro, ganhando as eleições no segundo turno com 64,07% dos votos válidos contra Marcelo Crivella.

² Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O livro foi apresentado originalmente como tese de doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), sob orientação de Luiz Antônio Machado da Silva.

estatais com a finalidade de controlar os usos e fluxos da cidade. A redefinição da remoção de favelas como *problema* público aponta para um ajuste de justificativas em relação a uma questão que se transpõe no tempo. Embora a problemática seja a mesma de governos anteriores – a persistência em tratar a favela como uma espécie de adversidade territorializada – o contexto recente dos “grandes eventos” forjou uma série de deslocamentos na tentativa de tornar tais intervenções legítimas, apesar das continuidades e transformações inerentes a esse *problema*. A ideia de que as favelas representariam a *desordem urbana*, o que impossibilitaria a concepção de uma cidade urbanisticamente organizada e capaz de sediar os eventos esportivos, se tornou um dos principais elementos acionados por esses regimes de remoção.

Não por acaso Eduardo Paes, em sua gestão como prefeito do Rio de Janeiro de 2009 até 2017, reivindicou para seu governo a herança das “reformas” urbanas empreendidas por Pereira Passos no início do século XX. Após tomar posse de seu primeiro mandato, Paes declarou que as favelas não deveriam ser vistas como um *tabu*. Enquanto parte significativa da batalha discursiva a respeito do tema das remoções, a ideia de *tabu* seria acionada justamente como aspecto capaz de encobrir a expansão e consolidação das favelas cariocas no tecido urbano. Questionava-se, sobretudo, o fato de que tamanha permissividade teria levado a uma proliferação desenfreada da violência, que se converteria no principal *problema* público da cidade. A mobilização da abordagem sobre as favelas na via de um assunto interdito permitiu, nesse contexto, a retomada da política de remoção como ato de intervenção estatal possível nesses territórios. Elementos adjacentes à noção de *conflito*, *desordem* e *ilegalidade* foram sendo discursivamente incorporados ao repertório das remoções com o fim de justificar e legitimar a criação de uma maquinaria de destruição.

Desde as bases de sua aparição, as favelas e seus moradores passaram a ser enquadrados pela gramática do Estado como componentes responsáveis pelos problemas que a cidade enfrentaria ao longo do tempo. No entanto, houve um deslocamento significativo da política de remoção outrora posta em prática no Rio de Janeiro. A atualização desse projeto na forma concreta de ação estatal viria sob pretexto de equalizar e equilibrar o espaço urbano fragmentado, possibilitando “melhores condições de vida aos moradores que estivessem habitando áreas classificadas (...) como impróprias, seja por estarem situadas em ‘áreas de risco’, de proteção ambiental ou por serem ‘não urbanizáveis’” (p.23). Desta maneira, o autor nos mostra como a leitura da favela enquanto *problema* vai sofrendo alterações favoráveis aos empreendimentos de uma cidade que deveria ser fundamentalmente moderna.

A reatualização nas práticas de remoção só foi possível em elaboração paralela à irrupção do chamado crime violento nas grandes cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro, a partir da década de 1980. Este fenômeno social provocou uma modificação profunda nas representações sobre as favelas, capaz de redefinir as práticas remocionistas enquanto forma de intervenção específica

a ser reincorporada pelo Estado. A violência urbana, cuja origem de disseminação e perigo estaria localizada nos territórios de favela, passou a figurar como o principal *problema* que a cidade deveria enfrentar, gerando um intenso debate sobre as possibilidades de por fim à raiz desses medos através de uma retomada discursiva do repertório das remoções. As favelas foram tematizadas como espaços marcados pela ilegalidade, pela ameaça e lócus privilegiado da violência que seria irradiada para o restante da cidade. É importante ressaltar que a associação direta entre favela e violência urbana reforçou a necessidade de erradicação de determinados territórios, segundo o autor:

(...) no interior da linguagem da violência urbana, a todo acontecimento que lhe era associado, notadamente os confrontos entre bandos de traficantes e entre estes e a polícia, surgiam no horizonte aquelas propostas de erradicação cujo conteúdo de sentido girava em torno, fundamentalmente, da associação entre o crescimento desses territórios no espaço da cidade e o crescimento, como consequência causal do primeiro, da violência. (p.66)

A favela enquanto dimensão material da *desordem* e do *caos* congregaria em si uma incontornável inadequação às demandas mercadológicas do que uma *cidade moderna* deveria ser. O repertório das remoções ganhou uma intensificação de sentidos a partir de uma conjuntura bem específica: a organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Este período possibilitou estabelecer um cenário propício a intervenções do Estado em determinados territórios e populações, que deveriam ser encaradas no porvir como um *legado* da realização dos “megaeventos” esportivos. Buscava-se legitimar os processos de remoção por meio da consideração de que tais intervenções seriam uma *oportunidade única* para tirar a cidade da crise instaurada. Em paralelo aos preparativos para os “grandes eventos”, a evocação da ideia de *legado* atuou como uma justificativa valiosa em nome da qual as ações estatais repousariam, além de oferecer uma espécie de salvaguarda contra eventuais críticas em consequência destas operações.

Além do debate em torno da *desordem urbana* e das operacionalizações para os eventos esportivos, os acontecimentos climáticos que produziram vítimas fatais nas chamadas “chuvas de abril” introduziram, na tentativa de impedir que novas tragédias ocorressem, a necessidade de remoção das localidades situadas em áreas classificadas oficialmente como de *risco* ou *não passíveis de urbanização*. A mobilização da categoria *risco* teve profunda ressonância na base das ações de reordenamento do espaço urbano a partir de práticas de erradicação de favelas. Portanto, a tão difundida lógica de *revitalização* não significava apenas recuperar territórios comprometidos ou suscetíveis ao dano, senão modificar vigorosamente a percepção coletiva de manejo da cidade pelo Estado. Deste modo, o repertório de remoções, formado pela tríade *desordem urbana*, *risco* e *legado*, criou uma inflexão favorável à retomada da intervenção nas favelas cariocas, ressignificando por completo as atividades de gestão implementadas nos últimos anos.

Há uma importante contribuição do livro, como bem apontou Adriana

Vianna (2019) no prefácio, a respeito da complexidade do Estado como aquilo que deve ser tomado por seu emaranhado de atores, instituições, gramáticas e diferentes instâncias administrativas que atualizam as formas de gerir determinados grupos sociais. Isso implica, conseqüentemente, localizar a ação do Estado a partir de outro enquadramento, levando em consideração como são organizadas as disputas que legitimam práticas de remoção. Os procedimentos articulados pelas variadas agências estatais em tais práticas apontam para uma redefinição constante da lei, ou seja, indicam como as formas de regulação e atuação do Estado em localidades específicas se efetivam precisamente nos interstícios entre o dentro e o fora da lei (Das, Poole, 2004).

Os moradores de favelas em processo de realocação descrevem o anúncio da remoção como uma experiência de grande rompimento no fluxo regular de suas vidas. Tal momento de descontinuidade nas rotinas, comunicado pela administração pública de maneira inesperada, é acompanhado por uma produção incessante de desinformações e imprevisibilidades que fundamentam a ação do Estado na gestão das remoções. A sensação de incerteza em relação aos funcionários que trabalham ou não na prefeitura, casas assinaladas aleatoriamente, boatos sobre as motivações que levam a remoções, dúvida e desconfiança no preenchimento dos documentos, todas essas estratégias marcam de forma dramática a opacidade do Estado e seu nebuloso horizonte de atuação. As variadas situações de remoção, levando em conta os métodos anteriormente mencionados, desvelam uma zona de indeterminação em meio à qual os deslocamentos de pessoas e a gestão de territórios vão se tornando praticáveis. “Por que estão nos removendo?”, é a pergunta para a qual se busca alguma possibilidade de entendimento compartilhado.

Neste panorama caracterizado por inúmeras incertezas, a desestabilização provocada pelas intervenções estatais incide diretamente na difusão de informações, sob a forma de rumores, a respeito dos eventos que atropelam brutalmente o cotidiano dos moradores. As especulações podem estar associadas aos “reais” motivos que levaram a administração pública a seguir com um determinado projeto de remoção. Os moradores passariam a incorporar nas suas possibilidades de interpretação sobre a situação vivida os jogos de interesse na expansão imobiliária de regiões consideradas “nobres” na cidade. Tal perspectiva empresarial faria com que os “ricos” cobiçassem esses territórios ao projetar o retorno econômico que poderiam extrair caso ali se instalassem. Afinal, “quem não quer morar aqui, com uma vista dessas? Todo dia eu abro minha janela e vejo o Cristo” (p.154). Como o autor afirma, a produção e circulação desses rumores, elaborados mediante intervenções visando a erradicação de favelas, sinalizam uma forma particular de gestão dessas localidades.

As ações da prefeitura foram sendo levadas a cabo sem maiores explicações, tendo como exemplo a determinação de que uma casa poderia ser marcada para remoção e a do lado não. Este tipo de aleatoriedade constituiu justamente a causa das queixas aos métodos utilizados pela administração pública. Os mora-

dores interrogaram a falta de explicitação dos critérios empregados para definir o que seria uma região de *risco*. Buscando confrontar a *veracidade* das informações contidas nos laudos apresentados pelos órgãos oficiais, moradores passaram a produzir ações coletivas na forma de contralaudos, igualmente apoiados em argumentos técnicos para sustentar suas críticas quanto à necessidade da remoção. A mobilização intencionava circular a denúncia de que eles não estariam em uma “área de *risco*” segundo a justificativa dos agentes, mas em uma “área de *rico*” e que por isso a prefeitura pretendia removê-los de suas casas.

Expressões como “a prefeitura nos trata como se não existíssemos” ou “eles nos tratam feito lixo” evidenciam a crítica primordial realizada pelos moradores em relação aos procedimentos de remoção executados pela administração pública. As formas de tratamento desempenhadas pelos agentes estatais nas mais variadas situações, quase sempre marcadas pela humilhação, falam do efeito de processos de inferiorização como estruturantes de certos mecanismos que atualizam as diferenças sociais. As práticas remocionistas engendram uma poderosa ferramenta de desqualificação moral mediante intervenções rotineiras do Estado em suas margens. Tal regime de apagamento de suas existências leva os moradores inscritos nessas configurações a trilhar um caminho alternativo, recontando suas histórias pessoais como forma de se refazer enquanto sujeito político. Contra a própria vontade, a vida vivida até então seria lançada em uma nova direção, na qual tudo aquilo que antes era tido como inquestionável “agora sofreria um abalo incomensurável” (p.204). Diante da sensação de incerteza em relação ao futuro, provocada pela interrupção do fluxo regular do cotidiano, pela imagem de uma vida que parou, os moradores buscam denunciar as violências e arbitrariedades presentes nos processos de remoção, afirmando suas existências na cidade apesar da enorme assimetria de forças que perpetua a lógica da destruição como prática de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DAS, Veena e POOLE, Deborah. **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências**. 1ed. Curitiba: Appris, 2019

VIANNA, Adriana. Sobre enfrentar a destruição. Prefácio. In: Magalhães, Alexandre Almeida de. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências**. Curitiba: Appris, 2019.